SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

17/09/2015 - Teletime

Oi registra maior alta do dia na Bovespa

Após um período de fortes quedas no pregão da Bovespa, as ações da Oi emplacaram alta nesta quinta-feira, 17. A companhia fechou o pregão com a maior aumento do dia: 8,29% nas ações preferenciais (OIBR4), que foram negociadas a R$ 3,79. Já as ações ordinárias (OIBR3) fecharam o dia em R$ 3,26, alta de 13,89%. Foi o sexto dia seguido de crescimento, período no qual a empresa conseguiu recuperar um mês de queda na negociação de seus papéis.

Segundo fontes do mercado financeiro, não ocorreu nenhum fato com a Oi que motivasse a tendência de alta. A explicação, ainda de acordo com a fonte, seria uma grande procura pelo aluguel de ações.

A portuguesa Pharol (antiga PT SGPS), que tem como seu único ativo a participação na Oi, seguiu a tendência nesta quinta e fechou a bolsa de Lisboa com alta de 3,89%. Da terça para a quarta-feira, no entanto, havia subido 15,14%. No mês, a alta acumulada já é de 8,89%.

17/09/2015 - Olhar Digital

Internet brasileira é uma das mais insatisfatórias, diz pesquisa

Uma pesquisa realizada pela consultoria britânica Ovum aponta a banda larga brasileira como uma das 10 piores em termos de satisfação dos clientes. O Brasil aparece na 21ª posição do ranking, que analisou dados de mercado de 30 países e realizou entrevistas com consumidores.

Para chegar ao índice, a empresa analisou a velocidade da conexão, a estabilidade da rede e o atendimento ao cliente. A melhor internet de banda larga, segundo o estudo, é a da Suíça, com 88% de satisfação dos clientes. Em segundo lugar aparece a Romênia, com 81%, seguida pelos Estados Unidos, com 80% e Singapura, que agrada a 77% das pessoas.

Entre os piores índices estão o da banda larga do Egito, com 30% de aprovação, Filipinas, com 38%, da Arábia Saudita, Indonésia e África do Sul, com 40%, Argentina, com 42%, Índia, com 44%, Malásia, com 45% Vietnã, com 49% e Brasil, com 50%. As velocidades das conexões não foram informadas.

Internet ideal

De acordo com a Ovum, a internet ideal de banda larga deve ter redes estáveis capazes de entregar o conteúdo em até três segundos, serviço de atendimento eficiente e uma velocidade mínima de 10 Mbps para cada usuário.

Confira quais são os países com as 10 bandas largas mais satisfatórias, de acordo com a pesquisa:

1. Suécia - 88%
2. Romênia - 81%
3. Canadá - 80%
4. Singapura - 77%
5. Coreia do Sul - 76%
6. Japão e Alemanha- 75%
7. Rússia, Estados Unidos e Reino Unido - 74%
8. Polônia e França - 73%
9. Emirados Árabes - 69%
10. Austrália - 68%

Veja agora as banda largas menos satisfatórias:

1. Egito - 30%
2. Filipinas - 38%
3. Arábia Saudita - 40%
4.Indonésia e África do Sul - 40%
5. Argentina - 42%
6. Índia - 44%
7. Malásia - 45%
8. Vietnã - 49%
9. Brasil - 50%
10. México - 52%

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

17/09/2015 - Telesíntese

Projeto que obriga Netflix a pagar ISS passa na câmara

Texto recebeu emendas e retorna ao Senado para nova votação. Cobrança acontecerá no município onde o serviço é entregue, e será de no mínimo 2% sobre o valor da assinatura. Desenvolvedores, lojas de apps e serviços de hospedagem também terão de contribuir.

Terminou ontem à noite, 16,na Câmara dos Deputados, a votação do projeto de lei 366/13, que fixa alíquota mínima de 2% do Imposto sobre Serviços (ISS) de qualquer natureza, tributo cobrado pelos municípios. Por ser de autoria do Senado, e ter recebido emendas, o projeto retornará a outra Casa do Legislativo para nova votação.

O texto aprovado insere novos serviços na lista de pagadores do imposto, entre os quais, sites que publicam e distribuem vídeos, como o Netflix. O texto também prevê cobrança de ISS sobre serviços de vigilância e monitoramento, inclusive quando realizados por meio de telefonia móvel, transmissão por satélites, rádios ou outros meios.

A cobrança do imposto também se estenderá a desenvolvedoras de programas, inclusive jogos eletrônicos, para tablets, smartphones e congêneres, às lojas de aplicativos e a serviços de hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos, sistemas de informação "ou congêneres".

O projeto foi feito para impedir que cidades pratiquem guerra fiscal, conferindo isenção ou outros tipos de benefícios tributários a empresas que se estabeleçam em seu perímetro. O prefeito que não obedecer à regra e tentar atrair empresas com desconto no tributo poderá ser enquadrado na Lei de Responsabilidade Fiscal.

17/09/2015 - Portal Imprensa

'Não corresponde à verdade', diz Instituto Lula sobre matéria publicada pelo 'Valor Econômico'

O Instituto Lula publicou uma nota na manhã desta quinta-feira (17/9) desmentindo um texto publicado pelo jornal Valor Econômico no qual o veículo acusa o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva de pressionar Dilma Rousseff a formular uma nova política econômica para o país.

Segundo o comunicado publicado pela assessoria da organização, a matéria publicada pelo jornal, intitulada "Lula pressiona Dilma a mudar política econômica", "não corresponde de forma alguma é verdade". O instituto também rechaçou a falta de checagem da informação por parte do Valor Econômico. "Estranhamente, não houve contato da reportagem com o ex-presidente para checar as informações que foram publicadas, resultando em veiculação de supostas informações atribuídas a Luiz Inácio Lula da Silva, de forma irresponsável".

A nota ainda critica a publicação de "especulações infundadas" como forma de gerar informação. "A veiculação de especulações infundadas não contribui para o debate político e tem consequências negativas para o país. É desejável que o mais importante jornal de economia do Brasil não abra espaço para futricas".

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

16/09/2015 - Agência Brasil

Dilma entrega 2,3 mil unidades do Minha Casa, Minha Vida no interior paulista

Durante a cerimônia, a presidenta reforçou que "não há hipótese" de o governo não levar adiante a fase 3 do programa

A presidenta Dilma Rousseff entregou hoje (16) 2.343 unidades do Minha Casa, Minha Vida em Presidente Prudente, no interior de São Paulo. Simultaneamente à cerimônia com Dilma, a presidenta da Caixa Econômica Federal, Miriam Belchior, entregou 256 moradias do programa no município de Cotia, também no interior paulista. Os empreendimentos receberam R$ 179,1 milhões e devem beneficiar cerca de 10 mil famílias com renda mensal de até R$ 1,6 mil.

Durante a cerimônia, Dilma reforçou que "não há hipótese" de o governo não levar adiante a Fase 3 do Minha Casa, Minha Vida e disse que parte das medidas de reequilíbrio do Orçamento foi proposta justamente para preservar investimentos no programa habitacional.

"Como qualquer família, a gente dá uma apertada no cinto e preserva o que é melhor para o futuro das pessoas. É para isso que estamos fazendo um aperto, para conseguir manter aquilo que é mais importante, que é o que uma dona de casa faz quando a família enfrenta dificuldades", afirmou.

A terceira etapa do Minha Casa, Minha Vida foi apresentada a movimentos sociais de moradia e ao setor da construção civil na última semana, mas ainda não tem data para ser lançada oficialmente. A promessa do governo é contratar mais 3 milhões de unidades habitacionais na nova etapa do programa, que teve os limites de renda e financiamento atualizados e os juros do financiamento aumentados.

Dilma disse que as casas, além de um lar, são um patrimônio para as famílias e pediu que os beneficiários cuidem dos imóveis. "A hora que vocês virarem a chave, vocês estão entrando para algo que é de vocês. Só peço uma coisa: daqui para a frente é com vocês. São vocês que têm que cuidar disso aqui com carinho. Quero que vocês se organizem em condomínios e conservem o que é de vocês."

Segundo a presidenta, mais de 11 mil casas do programa já foram entregues na região de Presidente Prudente e 2,5 mil estão em construção. Dilma também destacou investimentos em saneamento, agricultura e programas nas áreas de saúde e educação na região, como o Mais Médicos, a reforma de unidades de pronto atendimento e a construção de creches. "Nosso cálculo é que desse momento em diante iremos investir em torno de 700 milhões de reais [na região] até 2018".

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

17/09/2015 - Altamiro Borges

Altamiro Borges: O golpe é para "privatizar tudo"

Animados com a possibilidade do impeachment da presidenta Dilma, alguns tucaninhos começam a abrir o bico e a revelar as verdadeiras razões deste golpe.

Em artigo publicado na Folha desta quinta-feira (17), a economista Elena Landau, que foi apelidada de "musa das privatizações" durante o triste reinado de FHC, escancara os interesses que movem esta conspiração. Para ela, "é hora de privatizar" - de preferência, entregando o patrimônio público e as riquezas nacionais para o capital estrangeiro.

A entreguista Elena Landau, conhecida por seu doentio complexo de vira-lata, teve papel de destaque no criminoso processo da "privataria tucana" - tão bem descrito no livro do jornalista Amaury Ribeiro Jr.. Ela foi assessora da presidência do BNDES e diretora do "Programa Nacional de Desestatização" do governo FHC. Ela faz parte do grupo de economistas ultraneoliberais da PUC-RJ, que tem entre os seus expoentes figuras como Armínio Fraga, Pérsio Arida, Gustavo Franco e André Lara Resende. Ela também tem sólidas ligações com o império, tendo estudado no MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts), um antro mundial das teses destrutivas e regressivas do neoliberalismo.

Com este currículo, Elena Landau tornou-se a musa dos tucanos e porta-voz dos interesses de rapina das corporações estrangeiras. A partir da vitória de Lula, em outubro de 2002, a economista caiu no ostracismo e passou a cuidar dos seus negócios. Só voltava à tona nas campanhas eleitorais, ajudando na elaboração dos programas dos candidatos derrotados do PSDB - José Serra, Geraldo Alckmin e, no ano passado, do cambaleante Aécio Neves. A Folha tucana, sempre tão generosa, até garantiu um palanque para a economista neoliberal, mas sem maior repercussão. Agora, com a ofensiva golpista pelo impeachment de Dilma, Elena Landau adquire novamente "prestígio".

No artigo intitulado "É hora de privatizar", ela demonstra que mantém o bico tucano afiado. Do seu palanque, ela critica o pacote fiscal apresentado nesta semana pelo governo federal. Ele seria muito tímido. "Os ajustes propostos não atacam erros fundamentais que levaram ao descalabro nas contas, entre eles o gigantismo do Estado, e pouco avança neste campo. A privatização não foi mencionada uma vez sequer". Para ela, "a privatização é parte da solução dessa crise. Ela não depende, na maioria dos casos, de apoio do Legislativo. Apenas da vontade política do Poder Executivo".

Após passar um período de esquecimento, ela até tenta se jactar dos seus feitos no desastroso reinado de FHC. Vaidosa, ela se gaba do "sucesso" do Programa Nacional de Desestatização. Só não diz que parte do patrimônio público foi vendida a preço de banana - é só lembrar da entrega da Vale - e que, mesmo assim, o país ficou de joelhos por três vezes diante do FMI e quase quebrou totalmente. FHC e Landau, entre outros privatistas e entreguistas, foram escorraçados do governo pelo voto popular. Agora, eles desejam voltar ao poder através de um golpe para concluir o serviço sujo da privatização.

"A crise abre oportunidade para nova rodada de privatizações... A lista de ativos federais, estaduais e municipais a serem vendidos pode e deve ser ampliada. Há oportunidades na área de distribuição de gás, transportes e saneamento. A quantidade de empresas e o montante de recursos a serem arrecadados é grande. Some-se ainda o plano de desinvestimento da Petrobras e os valores duplicam. O PND (Plano Nacional de Desestatização) precisa sair de sua longa hibernação e o BNDES deve recuperar sua vocação para coordenar o projeto de desestatização nacional, com lei específica e regras claras. A gravidade da crise não permite tergiversação", conclui a economista neoliberal.

SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: TGT Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

17/09/2015 - Carta Maior

Imposto sobre lucros e dividendos geraria R$ 43 bi ao ano

Até 1995 havia tributação sobre dividendos no Brasil. Com a isenção que FHC conferiu, grande parte do que ganham os ricos não é tributado.

Uma receita de mais de R$ 43 bilhões ao ano. É esse o montante que o governo poderia arrecadar com a cobrança de imposto de 15% sobre lucros e dividendos recebidos por donos e acionistas de empresas. A estimativa é dos pesquisadores Sérgio Gobetti e Rodrigo Orair, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que participaram na noite desta segunda-feira (14) de audiência pública promovida pela Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional.

Até 1995 havia tributação sobre dividendos no Brasil. A justificativa para a isenção, à época, foi evitar que o lucro já tributado na empresa, que paga Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, fosse novamente taxado quando se convertesse em renda pessoal, com a distribuição de dividendos. Com a isenção, segundo os pesquisadores, grande parte do que ganham os ricos não é tributado. Isso faz com que o topo da pirâmide social pague menos impostos que a classe média no país, proporcionalmente à renda.

- Pior do que pagar imposto é olhar para o andar de cima, para aquele que é mais rico que a gente, e ver que ele paga menos imposto. Isso é realmente algo de se indignar e é basicamente essa a constatação. Embora a gente pudesse suspeitar, foi algo surpreendente para a gente ao analisar os dados de Imposto de Renda no Brasil – afirmou Gobetti.

Os dados colhidos pelos pesquisadores mostram que os 71.440 brasileiros que ganham mais de R$ 1,3 milhão por ano declararam uma renda média de R$ 4,2 milhões e pagaram apenas 6,7% sobre toda a sua renda. Já as pessoas que ganham entre R$ 162,7 mil e R$ 325,4 mil pagaram em média 11,8%.

- O que chama atenção são as alíquotas efetivas de imposto pago por cada faixa de renda. À medida em que você vai subindo na faixa de renda, a renda do capital passa a ser dominante e como não incide imposto, isso faz com que as alíquotas para os muito ricos comece a cair – explicou Orair.

Projeto

O presidente da subcomissão, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), observou que, em todo o mundo, apenas Brasil e Estônia isentam totalmente os dividendos. Para ele, essa isenção gera distorções porque trabalhadores são submetidos à tabela do Imposto de Renda, mas empresários não pagam nada.

- Hoje, o que acontece é que um servidor público que ganha R$ 5 mil paga imposto de renda de 27,5%. Um grande empresário que recebe R$ 300 mil a título de distribuição de lucros e dividendos não paga nada.

Lindbergh é autor do Projeto de Lei do Senado (PLS) 588/2015, que prevê a cobrança de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF) com alíquota de 15% sobre a distribuição de lucros e dividendos a pessoas físicas e jurídicas. A isenção seria mantida apenas para empresários cujas empresas estejam inscritas no Simples.

Ajuste fiscal

Para os pesquisadores, a criação de novas alíquotas de Imposto de Renda de até 45%, em discussão pelo governo, não corrigiria a distorção porque elas só incidiriam sobre os salários. Uma maior justiça tributária só viria se as novas faixas viessem associadas à taxação sobre os dividendos.

Durante o debate, os economistas também criticaram a possível volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Para Gobetti, esse tipo de contribuição é regressiva, porque, proporcionalmente à renda, os pobres pagam mais que os ricos.

Isso ocorre porque a renda dos que ganham menos é quase totalmente comprometida com bens de consumo, que tiveram incidência da contribuição em várias fases do processo de produção. Já os ricos têm boa parte da renda livre e pagam a CPMF apenas uma vez sobre essa parcela ao aplicar nos bancos.